

Os direitos humanos, na concepção mais contemporânea, encontram seus paradigmas firmados no final do século XVIII, com a construção jus-política do iluminismo. Contudo, seus antecedentes históricos são bem mais longínquos, deitam raízes, como lembra Hannah Arendt (1995), na própria visão do cristianismo que promoveu “aquilo que era mais mortal, a vida humana, à posição de imortalidade ocupada até então pelo cosmo”.

Em tempos modernos, todavia, os direitos humanos acompanharam o processo de racionalização do Estado, ao serem incorporados às Constituições Oitocentistas como direitos fundamentais. Tais direitos, à época, vinculavam-se a uma visão individualista das liberdades civis, sem qualquer comprometimento com as questões sociais.

O final da segunda guerra mundial, entretanto, reiterou as manifestações que visavam incluir no rol dos direitos humanos alguns direitos sociais ligados à dignidade.

Pode-se então dizer, que os direitos humanos já na segunda metade do século XX, ao lado da dimensão das liberdades civis e políticas, agregaram uma série de direitos sociais. Prova disso são as disposições constantes da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, assim como do Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de San Jose da Costa Rica).

Por outro lado, no século XXI, o grande desafio dos direitos humanos é a sua concretização em ambientes mais fecundamente democráticos. É dizer-se: na agenda internacional, como lembra Luigi Ferrajoli (2007), não deve prevalecer o caráter absoluto da clássica soberania dos Estados que

termina, irremediavelmente, por desconstruir a autodeterminação dos povos.

Não menos importante é se ter em mente que a democracia exigida para a constante construção e reivindicação dos direitos humanos é aquela que, na forma defendida por Alain Touraine (1997), transforma pessoas em sujeitos.

Por conseguinte, é tão desafiadora a temática dos direitos humanos abordada na Revista de Políticas Públicas, vol. 15, n. 2, jul./dez.2011.

Os vários artigos encartados no dossiê temático demonstram, através de múltiplas abordagens, a relevância do tema na contemporaneidade. Ademais, a presente publicação também traz instigantes artigos que versam especificamente sobre temáticas relativas às políticas públicas.

O dossiê temático é composto de 8 (oito) artigos; de uma entrevista especial com o Professor português António Hespanha e da resenha do livro *Soberania, representação e democracia: ensaios de história do pensamento jurídico*, de Pietro Costa, escrita por Ricardo Marcelo Fonseca, Professor da Universidade Federal do Paraná. Integram ainda esta publicação 5 (cinco) artigos sobre políticas públicas.

O primeiro artigo do dossiê temático intitula-se: *A criança e o adolescente como sujeitos de direitos e os desafios para sua inclusão na agenda das políticas públicas municipais*. Nele, Fabiana Noronha de Oliveira, Maria das Dores Saraiva de Loreto, Suely de Fátima Ramos Silveira e Maria de Lourdes Mattos Barreto discutem a proteção integral da criança e do adolescente e o processo de municipalização, tendo como parâmetro a estrutura e o funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Conselho Tutelar.

Maristela Costa de Oliveira, no segundo artigo,

Direitos Humanos – direitos sexuais e reprodutivos de adolescentes – implicações éticas para a política de saúde, analisa tema referente à saúde sexual e reprodutiva de adolescentes, tomando como paradigma instrumentos legais de direitos humanos.

Por outro lado, Luana Palmieri França Pagani e Aline Albuquerque Sant’Anna de Oliveira, no artigo *O Cumprimento dos Direitos Humanos pelo Estado Brasileiro*, trazem à tona discussão que insere o aborto no tema dos direitos humanos e das políticas públicas de saúde da mulher.

Diana Marcela Rey, no texto intitulado *Los Derechos Culturales, a Categoría Subdesarrollada dos Direitos Humanos*, debate os direitos culturais como dimensões de direitos humanos que precisam ter seus grandes eixos temáticos aprofundados nas agendas públicas das Nações Unidas e da UNESCO.

Ainda quanto à questão cultural, Francisco Mata Machado Tavares, apresenta o artigo - *As Políticas Públicas de Promoção do Direito Humano à Manifestação Cultural no Brasil* -, no qual debate a garantia de eficácia social do mencionado direito, tendo como parâmetro os aportes da teoria da democracia deliberativa.

No artigo apresentado por Fábio Resende de Araújo, Diego Fiel Santos e Maria Arlete Duarte de Araújo, intitulado *O Direito Humano à Alimentação Adequada Promovido por Políticas de Acesso a Alimentos, encontra-se uma abordagem sobre o direito humano à alimentação adequada, tomando como estudo de caso o projeto Café do Trabalhador, da unidade Natal-RN*.

Joana D’Arc Fernandes Ferraz, Joel de Lima Pereira Castro Junior, Fernando Oliveira Vieira e Wagner Cordeiro avaliam a efetividade do Programa de Proteção à Criança e ao Adolescente ameaçados de morte – PPCAM, no Rio de Janeiro. O estudo em tela, a partir da perspectiva dos direitos humanos, nomeadamente de crianças e adolescentes, analisa o referido programa, tendo como parâmetro os gastos e os resultados da citada política pública. O estudo fundamenta-se, também, em dados do Conselho Tutelar na área da favela da Maré, Rio de Janeiro, apresentando os seus grandes problemas estruturais.

A insegurança de renda é analisada a partir da perspectiva dos direitos humanos sociais, no interior do artigo de Álvaro André Santarém Amorim, intitulado: *Insegurança de renda: tensão persistente para os direitos humanos*. O autor discute o incentivo ao trabalho, transferência de renda, a pauperização coletiva, bem como a renda percebida por mulheres.

No presente projeto editorial consta, também, entrevista de Cláudia Maria da Costa Gonçalves com António Manuel Hespanha, Professor catedrático (aposentado) da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa. D. h. c. pela *Rechtsfakultät* da Universidade de Lucerna, Suíça. Membro dos Conselhos Científicos da FCT (Portugal), *Maison des Sciences de l’Homme* e

do CNRS (França). Membro do Instituto Histórico-Geográfico do Rio de Janeiro, Grande Oficial da Ordem de Santiago e Prêmio Universidade de Coimbra, 2005. Autor de vários trabalhos em História e Direito, dentre os quais *O Caleidoscópio do Direito e Cultura Jurídica Europeia: síntese de um milênio*. Em sua análise, o Professor António Hespanha discute interessantes questões de direitos humanos, muito especialmente quanto à centralidade ético-jurídica desses direitos. Na referida entrevista é analisada, também, a diversidade cultural dos povos.

Finalizando o dossiê temático, encontra-se a resenha da obra de Pietro Costa, intitulada: *Soberania, representação e democracia: ensaios de história do pensamento jurídico*. O autor é catedrático de história do direito medieval e moderno da *Università degli Studi di Firenze*. A citada resenha é da lavra de Ricardo Marcelo Fonseca, Professor Associado de História do Direito da Universidade Federal do Paraná e Pesquisador do CNPQ.

Esta edição da revista apresenta, também, 5 (cinco) artigos sobre políticas públicas. No primeiro deles, Dinah dos Santos Tinoco, Lincoln Moraes de Souza e Alba Barbosa de Oliveira discutem os modelos tradicional e pluralista de avaliação de políticas públicas. Assim, o texto intitulado *Avaliação de Políticas Públicas: modelos tradicional e pluralista* apresenta aportes teóricos e metodológicos da literatura brasileira cotejados com autores estrangeiros, em especial europeus.

A partir de uma abordagem bibliográfica e tomando como parâmetro o método dedutivo, Christian Luiz da Silva e Nadia S. S. Bassi apresentam o artigo denominado *O Uso de Estudos Prospectivos no Processo de Políticas Públicas*.

Aline Sampieri Tonello Benazzi, Alice Bianca Santana Lima e Anderson Pereira Sousa, no artigo *Pré-Natal Masculino: um novo olhar sobre a presença do homem*, discutem a transformação sociocultural concernente à paternidade, ressaltando questões relativas ao papel masculino aliado à saúde materno-infantil.

Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local: uma análise dos resultados do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em Minas Gerais é o artigo de autoria de Sandro Pereira Silva e Claudia Aparecida Romeiro d’Ávila. No texto, são analisadas as dinâmicas e as interações do citado programa, tendo como paradigma a percepção dos sujeitos sociais que integram o seu arranjo institucional.

Por fim, Leila Giandoni Ollaik, Juliana Wenceslau, Selma Maria Hayakawa, Cunha Serpa e Janann Joslin Medeiros apresentam o texto denominado *Novas Direções para Pesquisas Orçamentárias no Brasil*. O artigo discute os 4 (quatro) modelos teóricos para os estudos orçamentários, ou seja: incremental, de julgamento serial, de fluxos múltiplos e de equilíbrio pontuado.

Espera-se, assim, que o presente número

desta Revista possa contribuir para a diversificada discussão acerca de direitos humanos e das políticas públicas.

REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 372.

FERRAJOLI, Luigi. **A soberania no mundo moderno**. Trad. Carlo Coccioli. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

TOURAINE, Alain. **Iguais e diferentes: poderemos viver juntos**. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

Cláudia Maria da Costa Gonçalves

Doutora em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA, com Pós-Doutorado em Direito na Universidade de Lisboa.

Professora em exercício no Departamento de Direito e do Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas.